



## A importância do GT Ciclovias para a consolidação da malha cicloviária da Cidade do Rio de Janeiro

Simone Costa R. da Silva<sup>1</sup>; Fernando José Cavalcanti Lobo<sup>2</sup>, Claudia Tavares<sup>3</sup>,  
Maria Lucia Navarro Maranhão<sup>4</sup>, Lyllian Ribeiro Coelho<sup>5</sup>, Henrique Torres<sup>6</sup>

- 1) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Transportes
- 2) ONG Transporte Ativo
- 3) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo
- 4) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- 5) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Obras
- 6) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Companhia de Engenharia de Tráfego

[SICOSTA@GMAIL.COM](mailto:SICOSTA@GMAIL.COM), [ZELOBO@TA.ORG.BR](mailto:ZELOBO@TA.ORG.BR), [CLAUDIAMT@YAHOO.COM](mailto:CLAUDIAMT@YAHOO.COM),  
[MALUNAVARRO@GLOBO.COM](mailto:MALUNAVARRO@GLOBO.COM), [LILIANC21@YAHOO.COM](mailto:LILIANC21@YAHOO.COM), [HENRIQTORRES@GMAIL.COM](mailto:HENRIQTORRES@GMAIL.COM)

**RESENHA:** A partir de 2009, a Cidade do Rio de Janeiro assumiu o desafio de desenvolver infraestrutura para transporte à propulsão humana como alternativa de meio de locomoção não poluente e duplicar a malha cicloviária até o final de 2012, alcançando 300km. Para atender a este desafio, foi dada continuidade ao Grupo de Trabalho Ciclovias que, desde a década de 90, agrega representantes de diversas secretarias municipais e sociedade civil organizada e procura estimular o uso da bicicleta. O grupo vem se profissionalizando desde a sua criação através de seminários com ONGs internacionais, participação em eventos cicloviários e, principalmente, na prática da implantação dos projetos. É composto tanto por servidores públicos e representantes da sociedade civil que acompanham os trabalhos desde a sua criação, quanto por novos servidores interessados no tema. É importante salientar que é a presença constante dos representantes da sociedade civil que mantém a unidade e a continuidade do grupo. Vale ressaltar a importância do resgate do histórico deste Grupo de Trabalho, como um caso de gestão compartilhada de política pública, que vem atuando para manter a cidade do Rio de Janeiro com uma das maiores malhas cicloviárias do país.

Palavra-chave: planejamento cicloviário, gestão pública.

### INTRODUÇÃO

A partir da construção das primeiras ciclovias cariocas para a RIO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) e a inclusão de previsão de ciclovias no Plano Diretor Decenal em 1992, foi criado um grupo de trabalho em 1993 que se tornou pioneiro no país que abordava essa temática. A partir de 2003, tanto por reconhecimento por parte dos servidores quanto por exigência das redes internacionais, representantes da sociedade civil passaram a partir deste grupo. Este artigo analisa as mudanças ocorridas neste grupo, o GT Ciclovias, desde a sua fundação incluindo a incorporação de instituições da sociedade civil, através da caracterização da sua atuação no planejamento cicloviário. Esta análise foi realizada a partir de análise documental.

### O HISTÓRICO DO GRUPO DE TRABALHO CICLOVIAS

A oportunidade de construção das primeiras ciclovias cariocas<sup>1</sup> foi em 1991 com a preparação da cidade para a RIO-92. As ciclovias da orla marítima e a faixa compartilhada no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas foi uma demanda de grupos ecológicos junto à gestão municipal. A partir de 1992, mudanças são desenvolvidas. Na elaboração do Plano Diretor Decenal em 1992, foi incluída a previsão de ciclovias

<sup>1</sup>Houve experiências anteriores, porém pouco efetivas na concepção de projeto como a Av. Marechal Fontenelle em Sulacap e Av. Cesario de Melo em Campo Grande (SIRKIS *et. al.*, 2005).



e também foi criada a Secretaria de Meio Ambiente (SMAC). Uma das responsabilidades deste órgão recém-criado era a implantação de ciclovias. Sob sua gerência, foi institucionalizado o Grupo de Trabalho Ciclovias, através de decreto para o planejamento e implantação de sistemas cicloviários. Este grupo com representantes de vários órgãos municipais foi pioneiro no Brasil na abordagem desta temática (SIRKIS *et. al.*, 2005).

A partir de 2003, a cidade do Rio de Janeiro passou a fazer parte de redes internacionais de cidades que estimulavam o uso da bicicleta e organizações da sociedade civil passaram a participar de forma permanente do Grupo de Trabalho, seja através de estímulos dos próprios integrantes do quadro de funcionários quanto por exigências dessas redes. Através delas e da participação de organizações da sociedade civil, foi possível iniciar um ciclo de capacitações para os servidores, integrantes do GT Ciclovias e interessados de forma contínua, mesmo em períodos em que a execução de ciclovias por parte do executivo foi ínfima ou inexistente (SIRKIS *et. al.*, 2005).

Em 2005, através do decreto n.º 25.679, o GT Ciclovias se estabelece de forma contínua e permanente, evitando sucessivas publicações anuais, o que acarretou, em diversos momentos, em dispersão dos integrantes do grupo. A partir deste ano, também é verificada a regulamentação permanente de legislação específica através de diversos decretos e aprovações de leis. Em 2009, o transporte à propulsão humana (bicicleta e pedestre) assume a função de alternativa de meio de transporte não poluente inserido em um programa de redução de emissão de gases de efeito estufa no setor de transporte e na política de mobilidade urbana da Cidade do Rio de Janeiro (decretos N°30629/2009 e N° 31417 /2009).

### CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO ÀS CICLOVIAS

Apresenta-se a discriminação das ciclovias construídas, dos eventos de capacitação realizados e das leis e decretos em relação à temática.

QUADRO DE CICLOVIAS CONSTRUIDAS 1992/2010

DATA	KM	DESCRIÇÃO
1991/1992	35,2	Orla do Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio, Mal. Cand. Rondon, Faixa Compart. Lagoa Rodrigo de Freitas, Jardim de Alah, Pontal, Maracanã
1993/1994	14	Mané Garrincha
1995/1996	15,5	Rubro Negra, Moneró, Enseada Da Glória, Ayrton Senna, Praia De Grumari
1997/1998		
1999/2000	33,5	Parque Da Catacumba, Faixa Compart. Floresta da Tijuca e Pacheco Leão, Nelson Cavaquinho, Fernando Pinto, Alfredo Del Cima, Est.da Cachamorra, Est. do Magarça. Eco Brisa
2001/2002	27,2	Rio Jequiá, Barra-Jacarepaguá, Eco Acari, Faixa Compart. Riocentro, Eco Curicica, Inhoaíba-Paciência, Rio Cidade Bangu, Lagoa, Botafogo, Recreio-Itaúna
2003/2004	16,3	Tricolor, Eco Orla, Rio Cidade Cocotá, Marechal Hermes e Santa Cruz, Eco Macumba, Sulacap
2005/2006		
2007/2008		
2009/2010	5,27	Estrada do Soca, Estrada de ligação, Estrada de Mapua



QUADRO EVENTOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS 1992/2010

DATA	DESCRIÇÃO
2003/2004	II Seminário de Integração de Bicicleta no Planejamento em Cidades da América Latina, Fórum Internacional "Integração da Bicicleta no Planejamento do Tráfego
2005/2006	Campanha Educativa Pedale Legal, Campanha Educativa Pedale Legal na Escola, lançamento Livro Ciclovias Cariocas
2007/2008	Workshop de Planejamento Cicloviário e Transporte Público, Seminário Sociedade Civil e Poder Público, Treinamento: Integração da bicicleta ao Corredor de Ônibus T5
2009/2010	Espaço Público e Segurança Viária para Pedestres, Seminário Gehl Architects

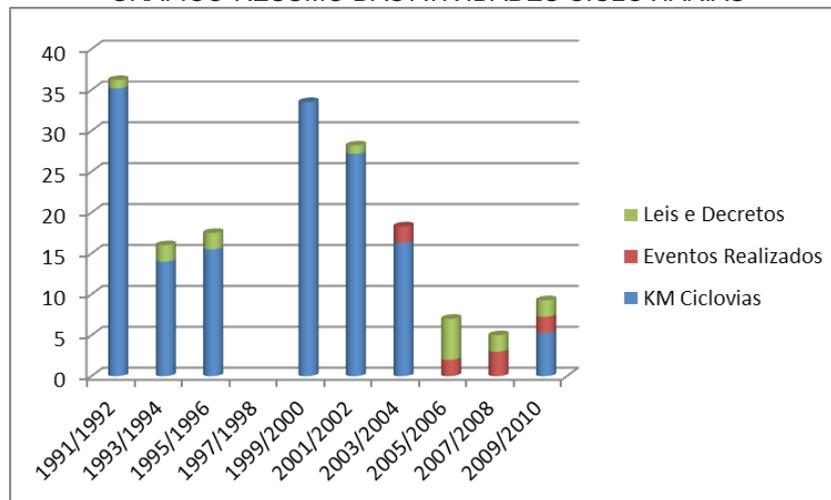
QUADRO DE LEIS E DECRETOS DE 1992/2010

DATA	LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES
1991/1992	inclusão no Plano Diretor Decenal
1993/1994	DEC N° 12.218 (Cria Grupo Executivo de Trabalho para o Planejamento e a Implantação de Sistemas Cicloviários), DEC N° 13.531 (Regulamenta o uso do Sistema Cicloviário e dá outras providências)
1995/1996	LEI 2392/95 ERJ (Dispõe sobre o uso do sistema cicloviário e de outras providências), LEI 14483/95 (regulamenta a utilização de ciclovias e ciclofaixas no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências)
1997/1998	
1999/2000	
2001/2002	LEI 20225/01 (Cria o Regulamento 26 da Consolidação das Posturas Municipais, aprovado pelo Decreto 1601/78, dispõe sobre os usos e atividades na orla marítima do Município e dá outras providências.)
2003/2004	
2005/2006	LEI 26431/06 (Dispõe sobre bicicletários e dá outras providências.), LEI 26448/06 (Dispõe sobre o uso de bicicletários e dá outras providências), Lei_Park/05 (estacionamento de bicicleta em shopping e hipermercado), RES 745/06 (Procedimentos para cumprimento da lei complementar 77/05), DEC n.º 25.679 (Cria o GT Ciclovia de forma contínua e permanente)
2007/2008	DEC 28879/2007 (conservação de ciclovias), lei-4678-2007RJ (política de incentivo ao uso de bicicleta), DEC N° 29.693 (Institui o Programa Rede de Ciclo-Faixas da Cidade do Rio de Janeiro, na forma que menciona)
2009/2010	DEC 30629/09 (GT Ciclovias), DEC N° 31417 (Determina um programa de redução de emissão de gases de efeito estufa no setor de transportes e na política de mobilidade urbana da cidade do Rio de Janeiro)

**ANALISE DA ATUAÇÃO DO GT CICLOVIAS**

Considerações preliminares podem ser realizadas a partir do Gráfico Resumo das atividades cicloviárias desenvolvidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como: construção de ciclovias entre 1991 e 2004 com exceção do período 1997/1998, totalizando 141,7km; capacitação permanente de técnicos a partir de 2003, quando a cidade passou a se articular com redes internacionais de cidades e organizações da sociedade civil; regulamentação permanente, através de leis e decretos, a partir de 2005; a existência do grupo de trabalho não provocou sensibilização suficiente para manter uma seqüência de construção de novas ciclovias.

GRAFICO-RESUMO DAS ATIVIDADES CICLOVIÁRIAS



Entre as diversas dificuldades existentes, podemos listar: as críticas na mídia quanto à retirada de estacionamento para implantação de cicloviarias; a cultura pró-automóvel inserida nos setores técnicos da prefeitura que impediu que mais avanços pudessem ser realizados nas obras de urbanização dos corredores viários do Rio-Cidade (1993/1998); a necessidade de publicação contínua do Grupo de Trabalho Cicloviarias; a ausência de comprometimento da alta administração em construir continuamente novas cicloviarias.

Ao relacionar a periodicidade de construção de quilômetros de cicloviarias construídos com os eventos de capacitação realizados e as leis e decretos aprovados nas diferentes gestões é possível identificar o esforço do grupo de trabalho (constituído por servidores e sociedade civil) em manter atividades relacionadas a temática cicloviária mesmo em períodos de ausência de construção de novas cicloviarias.

## CONCLUSÕES

Mesmo em períodos de ausência de expansão da malha cicloviária, este grupo se manteve atualizado e ativo em diversas iniciativas em parceria com a sociedade civil. Pode-se concluir que mesmo com essas dificuldades, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Cicloviarias nesses 18 anos propiciaram um comprometimento institucional interno ao ponto de se tornar permanente, multidisciplinar e interssetorial.

## BIBLIOGRAFIA:

1. SIRKIS, A, AINBINDER, R. *Cicloviarias Cariocas*. Prefeitura do Rio. Rio de Janeiro, RJ, 2005.